

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS LITORAL NORTE
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ROSEANE BERTANI

**A MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DO
ENSINO DE MÚSICA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

**Tramandaí
2022**

ROSEANE BERTANI

**A MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DO
ENSINO DE MÚSICA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Comissão de Graduação do curso de Licenciatura em Pedagogia EaD da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Campus Litoral Norte, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Profa. Dra. Gabriela Brabo

Tramandaí

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Bertani, Roseane
A MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES
DO ENSINO DE MÚSICA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL /
Roseane Bertani. -- 2022.
46 f.
Orientadora: Gabriela Maria Barbosa Brabo.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus
Litoral Norte, Licenciatura em Pedagogia, Tramandaí,
BR-RS, 2022.

1. Música. 2. Educação Infantil. 3. Crianças. 4.
Desenvolvimento. I. Brabo, Gabriela Maria Barbosa,
orient. II. Título.

ROSEANE BERTANI

**A MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DO
ENSINO DE MÚSICA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Comissão de Graduação do curso de Licenciatura em Pedagogia EaD da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Campus Litoral Norte, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Profa. Dra. Gabriela Brabo

Data de aprovação: (dia, mês e ano)

Banca examinadora:

Profa. Dra. Gabriela Maria Barbosa Brabo (orientadora) - UFRGS

Profa. Dra. Mariângela Kraemer Ziede

Prof. Dr. Diego Carlos Pereira

Este trabalho é dedicado à minha família e às crianças que participam das atividades na Alecrim Dourado Recreação e Laboratório de Experiências.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela sua presença constante na minha vida, por ter me dado forças e iluminando meu caminho para que pudesse concluir mais uma etapa da minha vida.

À minha família e amigos, pelo o incentivo e por acreditarem que essa realização seria possível.

A todos as crianças da Alecrim Dourado Recreação e Laboratório de Experiências, pela troca de ensinamentos em cada dia. Cada um de forma especial, contribuiu para a conclusão desse trabalho e conseqüentemente para minha formação profissional.

À minha orientadora, pelo ensinamento e dedicação dispensados no auxílio à concretização deste trabalho.

RESUMO

A promoção de atividades lúdicas e adaptadas à musicalização, visando desenvolver os sentidos sensoriais, corporais e socioculturais das crianças, desde as primeiras fases da vida escolar, são de grande valia e justificam a realização de estudos sobre o tema. Diante da necessidade de se explanar a respeito da música na Educação Infantil, questionou-se qual a contribuição do ensino de musicalização na Educação Infantil. Para tanto, estabeleceu-se como objetivo geral do estudo, investigar as contribuições da Musicalização para a Educação Infantil, considerando os apontamentos da Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Como objetivos específicos, pretendeu-se investigar os benefícios de ensinar musicalização nas escolas, investigar de que forma a musicalização pode contribuir para a socialização e expressão corporal em crianças na Educação Infantil e contribuir para a pesquisa sobre musicalização na Educação Infantil. Para ser possível, atender aos objetivos, procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica, de revisão de literatura. O estudo envolveu artigos, monografias e publicações e utilizou como base de dados o Scielo e o Google Scholar, diante das palavras-chave “Musicalização”, “Criança” e “Educação Infantil”. Em consulta aos artigos selecionados, compreendeu-se que a responsabilidade da escola é garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, como meio da criança interpretar diferentes conteúdos que circulam socialmente, de assumir a palavra e, expressar-se como cidadã, conversar e dialogar, interagir e conhecer-se. Sendo assim, a aplicação de novas propostas de educação se concretiza através da interatividade entre professor e aluno como sujeitos de uma prática cooperativa instaurada na ação e na reflexão. Nesse sentido, segundo a bibliografia pesquisada, o trabalho com projetos de musicalização vem apresentando resultados positivos na Educação Infantil, pois ela se concretiza em uma etapa essencial para o desenvolvimento das crianças, visto que corresponde a um período de descobertas e a música, é tida como uma ferramenta facilitadora.

Palavras-chave: Música. Educação Infantil. Crianças. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The promotion of playful activities adapted to musicalization, aiming to develop the sensory, bodily and sociocultural senses of children, from the early stages of school life, are of great value and justify carrying out studies on the subject. Faced with the need to explain about music in Early Childhood Education, it was questioned what is the contribution of the teaching of musicalization in early childhood education. Therefore, it was established as a general objective of the study, to investigate the contributions of Musicalization to Early Childhood Education, considering the notes of the National Common Curricular Base - BNCC. As specific objectives, it was intended to investigate the benefits of teaching musicalization in schools, to investigate how musicalization can contribute to socialization and body expression in children in Early Childhood Education and to contribute to research on musicalization in Early Childhood Education. In order to be able to meet the objectives, a literature review was carried out. The study involved articles, monographs and publications and used Scielo and Google Scholar as a database, using the keywords "Musicalization", "Child" and "Child Education". In consultation with the selected articles, it was understood that the school's responsibility is to guarantee all students access to the linguistic knowledge necessary for the exercise of citizenship, as a means for the child to interpret different contents that circulate socially, to take the word and express becoming a citizen, talking and dialoguing, interacting and getting to know each other. Therefore, the application of new educational proposals is materialized through the interactivity between teacher and student as subjects of a cooperative practice established in action and reflection. In this sense, the work with musicalization projects has been showing positive results in Early Childhood Education, as it takes place in an essential stage for the development of children, since it corresponds to a period of discoveries and music is seen as a facilitating tool.

Keywords: Song. Child education. Children. Development.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	METODOLOGIA.....	13
3	O ESTADO DA ARTE.....	15
4	REVISÃO TEÓRICA.....	19
4.1	MARCOS LEGAIS E NORMATIVOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	19
4.1.1	Convenção Nacional dos Direitos das Crianças – 1990	20
4.1.2	Estatuto da Criança e do Adolescente – 1990.....	21
4.1.3	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996	23
4.1.4	Plano Nacional de Educação (PNE)	24
4.1.5	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	24
4.1.6	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil -RCNEI.....	25
4.1.7	Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	26
4.2	MARCOS LEGAIS E NORMATIVOS PARA O ENSINO DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	27
4.3	OBJETIVOS DO ENSINO DA MÚSICA.....	29
4.4	A MÚSICA COMO MANIFESTAÇÃO CULTURAL E SOCIAL DA CRIANÇA .	30
5	O FAZER PEDAGÓGICO NO ENSINO DE MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	33
6	CONCLUSÃO	39
7	REFERÊNCIAS	141

1 INTRODUÇÃO

O ensino de Musicalização, enquanto processo de construção do conhecimento, busca despertar na criança o gosto pela música, pela expressão corporal e sentimental, além de desenvolver a sensibilidade, a criatividade, o prazer, memória e a concentração, o ritmo, entre outras expressões (PINHEIRO et al., 2021). Cotidianamente, a música está presente em todos os lares, desde o nascimento da criança, por meio das cantigas de ninar. Por ser a infância um período no qual a criança está mais aberta a estímulos externos, ela possui uma maior facilidade em aprender. Considerando essa perspectiva, o estudo traz como tema a importância da musicalização na educação infantil, como veículo de promoção da comunicação e integração social.

Na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), a expressão corporal foi descrita como importante para a formação de futuros cidadãos que compreendem a necessidade de inserir a música como veículo dessa expressão, da movimentação do corpo e quebra da ociosidade ocasionada por aulas exclusivamente teóricas. Da mesma forma, o corpo torna-se um meio privilegiado para expressar sentimentos e emoções, comportamentos, culturas e protestos. Por ser único de cada ser e parte integrante de um “eu” cognitivo, deve ser respeitado e compreendido diante das suas peculiaridades e limites.

Desde a idade mais tenra, observa-se que a música já faz parte da vida do ser humano. Pelo seu poder criador e libertador, a utilização da música no ambiente escolar, pode ser considerado um excelente recurso de educação, desde as séries iniciais. De acordo com Leda Osório (2011), a infância é um grande receptáculo para novas percepções e conhecimentos, de tudo que a cerca, pois é um período de elevada influência exterior. Sendo portanto, a música um veículo de comunicação e sensações, pode ser empregada como um recurso educativo pelos professores como um meio de desenvolvimento infantil.

Na percepção de Oliveira (2022), o ensino de música é relevante para a formação da criança. Dentre seus benefícios, estão o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade, memória e imaginação, autodisciplina, atenção, socialização e afetividade. Conforme reforça Oliveira (2022), associar a música, como uma atividade lúdica, com outros recursos disponíveis na escola, facilita o processo

de aprendizagem, incentivando a criatividade da criança. Não somente para a criança, mas quando o professor insere a música no seu processo de ensino, costuma assumir uma postura mais interativa, beneficiando o interrelacionamento e o desenvolvimento de conhecimentos.

É muito importante a utilização da música no espaço de educação infantil, pois a criança além de aprender brincando, o ambiente escolar se torna mais agradável e estimula cada vez mais à vontade dela participar das aulas, introduzir conteúdos através da música as crianças de 0 a 5 anos desenvolvem relações afetivas, de socialização, cognitivo e ainda torna o aprendizado de qualquer área de conhecimento ainda mais fácil de ser absorvido (OLIVEIRA, 2022, s/p).

Desde a Lei nº 11.769, de 19 de agosto de 2008, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (BRASIL, 2008), tornou obrigatória a inserção do ensino de Música nas escolas de Educação Básica, cujo objetivo não é formar profissionais da música, mas oferecer uma formação diferenciada e integral para as crianças e a juventude. Para Silva e Andrade (2008), o ensino de Música nas escolas passou por diferentes fases no Brasil. Enquanto que nas escolas públicas o ensino caminha a passos lentos, houve crescimento da inserção da musicalização nas escolas particulares, assim como no ensino mediado por organizações filantrópicas e religiosas.

Muitos relatos podem ser encontrados quando analisada a literatura a respeito da inserção da Música nas escolas, com iniciativas relevantes a serem salientadas. Por exemplo: no Rio de Janeiro, desde 2001, o Projeto Aprendiz – Música na Escola; em Sergipe, a Orquestra Sinfônica de Meninos de São Caetano; o Projeto Guri; em São Paulo; e o projeto Apoio às Licenciaturas, no Paraná, que apoia as cidades que disponibilizam projetos de música na educação (SILVA; ANDRADE, 2008).

Nesse sentido, a elaboração do estudo tem como justificativa a possibilidade de promover atividades lúdicas e adaptadas à musicalização, com o intuito de desenvolver os sentidos sensoriais, corporais e socioculturais das crianças, desde as primeiras fases da vida escolar. Compreende-se que é de extrema relevância a preocupação com a formação das crianças, não só pelo ensino de conhecimentos teóricos e sistematizados, mas pelo ensino e desenvolvimento de expressões e movimentos do corpo. Quando disponibilizamos música no ambiente em que crianças

pequenas convivem, oportunizamos sua iniciação no processo de musicalização, escutando sons de brinquedos, objetos, sons do ambiente e do próprio corpo.

Pautados nessas considerações, compreende-se a necessidade de inserir a Musicalização na Educação Infantil, pois ao realizar atividades sonoras e de acústica, promove-se a estimulação dos alunos. No entanto, cabe esclarecer que quando se aborda sobre Musicalização, não se restringe ao manuseio de um instrumento musical, mas sim, em propor situações de aprendizagem nas quais os alunos, por meio de expressões corporais, sentimentais e sonoras, possam desenvolver o cognitivo e o sensorial, além da percepção rítmica, melódica e harmônica.

Diante do exposto, o presente estudo buscou contextualizar a importância do corpo e do movimento na escola, como uma temática interdisciplinar, utilizando a musicalização para promover essa interação entre corpo e mente. Com isso, objetiva-se, ao final do estudo, compreender fundamentos teóricos acerca do modo como a música pode ser utilizada em atividades voltadas para o desenvolvimento das crianças, e as suas influências positivas no ambiente escolar.

Portanto, considerando o supracitado, estabeleceu-se como problema de pesquisa: qual a contribuição do ensino de musicalização na Educação Infantil?

Visando responder ao problema de pesquisa, estabeleceu-se como objetivo geral o de investigar as contribuições da Musicalização para a Educação Infantil, considerando os apontamentos da Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Como objetivos específicos, pretendeu-se investigar os benefícios de ensinar Musicalização nas escolas, investigar de que forma a Musicalização pode contribuir para a socialização e expressão corporal em crianças na Educação Infantil e contribuir para a pesquisa sobre Musicalização na Educação Infantil.

Para investigar a importância da musicalização nesta etapa do ensino, procedeu-se à construção de uma pesquisa bibliográfica, com foco na descrição da importância do corpo, do movimento e da música no contexto escolar, como componentes curriculares fundamentais. Considerando as referências levantadas para o estudo, serão tecidas, no decorrer no trabalho, concepções sobre a Educação Infantil e os campos de experiência no qual ela está estruturada, relacionando com a musicalização.

Portanto, o presente estudo está dividido em capítulos, sendo o primeiro uma breve introdução ao tema. O segundo capítulo refere-se à descrição da metodologia empregada para a realização do estudo. Já o terceiro apresenta o Estado da Arte,

contextualizando a problemática levantada com a pesquisa e realizando um mapeamento de produções científicas sobre o tema, apresentando as conclusões que pesquisadores chegaram. No quarto capítulo, descreve-se o referencial teórico trazendo conceitos, marcos legais e políticos para a Educação Infantil e o ensino de Música. Complementando, o quinto capítulo traz achados e sugestões a serem aplicadas em escolas de Educação Infantil, a fim de apropriar-se do ensino de música como um instrumento lúdico de aprendizado. Por fim, tem-se as considerações finais deste estudo.

2 METODOLOGIA

Buscando atender ao problema de pesquisa, que visava identificar qual a contribuição do ensino de musicalização na Educação Infantil, e ainda, com o intuito de atingir aos objetivos estabelecidos de investigar as contribuições da Musicalização para a Educação Infantil, considerando os apontamentos da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e como objetivos específicos, investigar os benefícios de ensinar Musicalização nas escolas, investigar de que forma a Musicalização pode contribuir para a socialização e expressão corporal em crianças na Educação Infantil e contribuir para a pesquisa sobre Musicalização na Educação Infantil, foram organizados, o método de estudo e tipo de pesquisa utilizada.

Quanto à abordagem, o estudo se caracteriza como qualitativo, que de acordo com Diehl e Tatim (2004), busca demonstrar toda complexidade do problema pesquisado, visando a sua compreensão e dos processos vivenciados pelo objeto do estudo. A pesquisa qualitativa utiliza textos e imagens, analisados de maneira descritiva. Já quanto aos objetivos, corresponde a uma pesquisa exploratória, visto que esse tipo de pesquisa tem a finalidade de proporcionar maior familiaridade com o problema, com o objetivo de torná-lo mais explícito e compreensível, ou ainda de construir hipóteses (GIL, 2010).

Por fim, quanto aos procedimentos, constitui-se em uma pesquisa bibliográfica, que corresponde à investigação mais frequente em todas as áreas do conhecimento. Sua importância habita no fato de ser não só um modo específico de estudar um determinado tema, mas também de se apresentar como um pré-requisito necessário à realização de projetos de pesquisas e outros. Pode-se defini-la como o ato de procurar, recolher, analisar, interpretar e julgar as contribuições teóricas já existentes sobre um certo assunto (GIL, 2010).

Nesse sentido, o estudo envolve artigos, monografias, publicações de revistas e legislação sobre o tema da musicalização na educação infantil. A investigação utilizará como base de dados o Scielo e o Google Scholar, nos quais serão utilizadas, para busca, as palavras-chave “Musicalização”, “Criança” e “Educação Infantil”. Também procurar-se-á respaldo na BNCC (BRASIL, 2017) e legislação cabível.

Na interpretação dos dados, de acordo com Gil (2010), serão discutidos os resultados encontrados qualitativa pela pesquisa bibliográfica, por meio de uma

análise de conteúdo. Buscar-se-á apresentar as técnicas de análise utilizadas e a forma como os dados foram analisados, consistindo em uma profunda interpretação das informações presentes nos referenciais bibliográficos

3 O ESTADO DA ARTE

Para o embasamento teórico do presente estudo, foi efetuado um levantamento das pesquisas já realizadas utilizando como base de dados o Lume, que é o Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, utilizando as palavras chaves “Musicalização”, “Educação Infantil” e “Inclusão”. Foram selecionados cinco artigos que atendiam aos requisitos necessários para a pesquisa, ou seja, que abordavam a musicalização na educação infantil. Na Tabela 1, apresenta-se os artigos selecionados.

Quadro 1 – Obras analisadas

Ano	Autor	Obra	Tipo de pesquisa
2009	Regina Fink	Ensinando Música ao Aluno Surdo: perspectivas para a ação pedagógica inclusiva	Tese
2010	Rosangela Duarte	A construção da musicalidade do professor de Educação Infantil: um estudo em Roraima.	Tese
2010	Júlio César Rodrigues Carneiro	Educação musical infantil e criatividade: um estudo comparativo	Dissertação
2011	Caroline Cao Ponso	Música na escola: concepções de música das crianças no contexto escolar	Dissertação
2011	Marcia Puerari	Ensinar música na educação básica: um estudo de caso sobre o processo de escolarização da música na perspectiva de uma professora	Dissertação

Fonte: elaborado pela autora.

Considerando os trabalhos expostos no Quadro 1, observou-se que o estudo de Regina Finck (2009), tinha como objetivo analisar os procedimentos que são utilizados por professores de música e demais professores que atuam com alunos surdos, buscando compreender os processos de aprendizagem musical destes alunos. Inserido neste objetivo, estava a necessidade de conhecer o desenvolvimento musical destes alunos surdos dentro da sala de aula, com vistas a formar elementos que auxiliam na formação de professores destinados ao trabalho com musicalização de crianças surdas.

Para tal, a autora considerou as concepções de Vygotsky sobre os processos de aprendizagem do aluno surdo e dentre seus achados, identificou que os

educadores que trabalham com musicalização de crianças surdas encontram ainda muitos desafios, principalmente quanto á adaptação dos instrumentos para as crianças e conhecimento pedagógico do professor para atuar com esse tipo de educação (FINCK, 2009).

Conforme descreve, o escutar da criança surda está intimamente ligado à manipulação dos instrumentos, como um sentido assessório. Quanto mais graves os timbres dos instrumentos manipulados pelas crianças, melhores são as sensações vibrotáteis. “Poder escutar, sentir, ver, manipular e tocar os instrumentos, certamente contribui muito para as aprendizagens musicais significativas” (FINCK, 2009, p. 208).

No entanto, se considerar a realidade com que as escolas brasileiras vivem o contexto da musicalização, percebe-se que há uma precária disponibilidade de instrumentos e aparatos para que o professor consiga ministrar suas aulas adequadamente (FINCK, 2009).

Abordando ainda a temática da formação e do desenvolvimento do professor de música, o estudo de Duarte (2010), trouxe como objetivo investigar o desenvolvimento da musicalidade na formação e na prática musical do professor da Educação Infantil, e por isso, o foco manteve-se na construção da musicalidade na educação infantil e na formação do professor para o ensino da musicalização.

Nesse sentido, mais uma vez observa-se em estudos acadêmicos que o professor enquanto aluno de Pedagogia, não recebe uma formação qualificada em música, por exemplo. Duarte (2010) relata em seus comentários no decorrer do estudo que, enquanto professora do curso de Pedagogia, escuta comentários e relatos dos alunos sobre a necessidade de desenvolver conteúdos próprios para as aulas de música na Educação Infantil, mas que se sentem despreparados para tal.

Para a autora, a ausência de aprendizado observado com o emprego da música na educação, está na pouca, ou quase nenhuma, formação do professor para utilizar esta ferramenta em sala de aula, aliando a mesma ao ensino de letras, expressões, leitura ou mesmo, desenvolvimento corporal. Sendo assim, Duarte (2010) concluiu que deve haver uma formação específica para que o professor trabalhe a musicalização na Educação Infantil e com isso, aprenda a atribuir significado às atividades que envolvem a música.

Dentre os significados que a música possui dentro da educação Infantil, acredita-se que o desenvolvimento da criatividade esteja entre os mais importantes para a criança. Por isso, considerando a dissertação de Júlio César Rodrigues

Carneiro, observou-se que ela tinha o objetivo “verificar se há a existência de diferenças da performance de resultados do potencial criativo entre as crianças com educação musical/UFRGS dos três aos vinte e quatro meses de idade e as crianças sem educação musical formal” (CARNEIRO, 2010, p. 7).

Para o autor, os adultos criativos de hoje, podem ter sido crianças motivadas na sua criatividade e que não tiveram barreiras para o seu desenvolvimento. Assim, considerando a hipótese de que a musicalização infantil pode promover um saber criativo, o autor concluiu que ensinar música para as crianças não transmite somente conhecimento cultural mas auxilia no desenvolvimento da criatividade e da intuição (CARNEIRO, 2010).

Seguindo um mesmo raciocínio da importância da música para as crianças, a autora Caroline Ponso, em sua dissertação, objetivou investigar construções, relações, reelaborações, modos de agir e pensar sobre música do aluno a partir da interação, sociocultural no contexto da escola. Em seu referencial, a autora abordou conceitos sobre a educação musical, conceito de música e a educação musical na escola; a formação de conceitos e simbolismos, com o auxílio da música e a sociologia na infância (PONSO, 2011).

O público-alvo da autora foram crianças de seis e sete anos da rede municipal de ensino de Porto Alegre, RS. Como resultados, enfatizou-se que as crianças expressam o seu conhecimento sobre música por meio de verbalizações, da corporeidade, dos gestos musicais e assim, elaborando e formando as suas próprias concepções. Nesse sentido, entre as considerações expostas pela autora, a música atua como uma ferramenta de integração social, de aprendizado e construção de conceitos para a criança que está ingressando na escola.

Em outro estudo realizado por Márcia Puerari, propôs investigar as dimensões envolvidas no processo de escolarização da música na educação básica a partir da perspectiva de uma professora. A autora identificou estratégias e definiu conteúdos, além dos objetivos a que se destina o ensino de música na educação Infantil e na escola em geral, tendo como balizador as práticas realizadas por uma professora de música (PUERARI, 2011).

O referencial teórico deste artigo está fundamentado nos conceitos de escolarização e cultura escolar, cujo interesse na realização do estudo partiu das necessidades identificadas pela própria autora, enquanto professora de música

(PUERARI, 2011). Uma de suas reflexões para a execução do estudo envolve como deveriam ser as aulas de música e o que deveria ser ensinado com elas.

Dentre os achados do estudo, Puerari (2011), evidenciou que o ensino de música resulta de um processo de interação de diferentes fatores, que envolvem as experiências de formação dos professores, como o seu modo de agir, além de diferentes aspectos conforme relata Puerari,

Os resultados indicam que o processo de escolarização da música é multidimensional e, por isso, complexo, pois se constrói a partir da inter-relação entre múltiplos fatores, como as experiências formativas da professora e seus modos de pensar e agir, os aspectos organizacionais e institucionais da escola e do sistema de ensino, as tradições pedagógicas construídas e sedimentadas dentro e fora da escola, os limites e possibilidades da cultura material da escola, as características e necessidades dos alunos (PUERARI, 2011, p. 85).

Portanto, diante dos trabalhos supra relatados, admite-se que somente os estudos de Júlio César Rodrigues Carneiro (2010), que se propôs a investigar a relação da criatividade com o ensino de música para crianças dos 3 aos 24 meses; o estudo de Caroline Cao Ponso (2011), que investigou as construções, relações e interações socioculturais da criança com o ensino de musicalização e; o estudo de Marcia Puerari (2011), que abordou sobre as dimensões envolvidas no processo de escolarização da música na educação básica, foram os que aproximaram-se dos objetivos a que meu estudo se propõe, que é o de investigar as contribuições da musicalização para a Educação Infantil, considerando os apontamentos da Base Nacional Comum Curricular – BNCC quanto ao campo da experiência do Corpo, Gestos e Movimentos, levando em consideração que o corpo é um meio que as crianças utilizam desde cedo para se expressar, estabelecendo relacionamentos, brincando, conhecendo a si e ao outro, utilizando a corporeidade para criar conhecimentos.

4 REVISÃO TEÓRICA

No presente capítulo, estão descritos os marcos legais e políticos para a Educação Infantil no Brasil. Nesta mesma linha, são apresentados os documentos norteadores para o ensino de música e a importância desta, para o desenvolvimento infantil.

4.1 MARCOS LEGAIS E NORMATIVOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil era compreendida, anteriormente ao advento da Constituição Federal (CF) de 1988, como uma educação pré-escolar, uma etapa independente e preparatória para a escolarização que se iniciava somente no Ensino Fundamental (BRASIL, 2017). Nesse sentido, era considerada uma educação fora da formal e, assim, sem muitas diretrizes norteadoras.

A partir de CF de 1988, creches e pré-escolas passaram a atender crianças de zero a seis anos, cuja obrigação de atendimento passou a ser dever do Estado e um direito das crianças. Surgiram, ao longo dos anos, marcos legais para a educação infantil no Brasil, além da já mencionada Constituição Federal, tem-se ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (Lei nº 9.396, de 20 de dezembro de 1996) o Referencial Curricular Nacional e as Diretrizes Curriculares para o Ensino Infantil, entre outros (OLIVEIRA NETO; CALDAS; MARQUES, 2021).

Com a educação infantil assegurada pela Constituição e tendo a criança o reconhecimento como sujeito de direito histórico e cultural, foram surgindo os jardins de infância e os cursos específicos voltados para a formação de professores para atender às crianças. Contudo, inicialmente, somente crianças da classe média e alta frequentavam essas instituições, havendo ainda um longo caminho de adaptações e mudanças a ser percorrido (OLIVEIRA NETO; CALDAS; MARQUES, 2021). Para defender os direitos das crianças nacionalmente, foram sendo criados por exemplo, a Comissão Nacional Criança e Constituinte (CNCC), os Ministérios da Educação, Saúde, Previdência e Assistência Social, entre outros.

As creches passaram a fazer parte no contexto nacional infantil, cujo direito à educação lhe é assegurado até os seis anos de idade e a proteção contra violências e crueldades. Com a Emenda Constitucional nº 56, de 19 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2006), o atendimento de creches e pré-escolas passou a ser até os cinco anos de idade, estabelecendo o ingresso no ensino fundamental aos seis anos de idade, cabendo ao estado e municípios, o atendimento a essa norma constitucional.

De acordo com o explicado por Barros,

Várias pesquisas realizadas nos anos de 1980 já mostravam que os seis primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento humano, e a formação da inteligência e da personalidade, entretanto, até 1988, a criança brasileira com menos de 7 anos de idade não tinha direito à Educação. A Constituição atual reconheceu, pela primeira vez, a Educação Infantil como um direito da criança, opção da família e dever do Estado. A partir daí, a Educação Infantil no Brasil deixou de estar vinculada somente à política de assistência social passando então a integrar a política nacional de educação (BARROS, 2008, s/p).

Ao dispor que a educação é dever do Estado e da família, a Constituição deixou claro normas e princípios destinados a reger a educação, e principalmente a infantil, de caráter universal. Contudo, para que seus pressupostos se apliquem eram necessárias normas infraconstitucionais que assegurassem direitos e deveres das crianças. Por isso, alguns desses marcos legais serão descritos nos itens seguintes.

4.1.1 Convenção Nacional dos Direitos das Crianças – 1990

Adotada pela ONU (Organização das Nações Unidas), em 20 de novembro de 1989, foi ratificada e incorporada no Direito Brasileiro em 21 de novembro de 1990 e representa um importante documento cuja aceitação mundial foi a maior da história. Assim, todos os estados membros que ratificaram a Convenção, comprometem-se a reconhecer e respeitar os direitos descritos no documento e também, assegurar a sua aplicação (UNICEF, 2022).

De acordo com a convenção, é considerada criança todo o ser humano até os dezoito anos de idade, ou por motivos diferentes, até atingir a sua maioridade legal. Foi com o advento desta Convenção, que pela primeira vez as crianças puderam

usufruir dos mesmos direitos que qualquer adulto, em praticamente todo o mundo (UNICEF, 2022).

Em seu art. 18, afirma que os Estados membros auxiliarão e garantirão que os pais possuam responsabilidade compartilhada na educação e no desenvolvimento dos filhos. Os Estados devem prestar assistência aos pais e representantes, na sua função de promover a educação das crianças, fornecendo por exemplo, serviços de assistência social, como creches, para os pais que trabalham (BRASIL, 1990). A Convenção gerou reflexos em diversos campos como a saúde, a educação, assistência social e proteção, entre outros, com resultados positivos como redução da taxa de analfabetismo e evasão escolar.

4.1.2 Estatuto da Criança e do Adolescente – 1990

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) possui como base fundamental a manutenção e a garantia dos direitos a esses indivíduos. Estabelecido pela Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, ressaltando que, de acordo com o Art. 2 “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990).

Roberto Barbosa Alves leciona que o ECA possibilitou a substituição de uma justiça paternalista para uma justiça voltada à proteção da infância e da adolescência e de acordo com a Constituição Federal (ALVES, 2008). Aporta-se com exclusividade, para o texto expresso pelos artigos 4º e 5º, nos quais,

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990).

O ECA, assim como a Constituição, traz como princípio a proteção de forma integral da criança, assim como o seu desenvolvimento (BRASIL, 1990a). Conforme observa-se no texto, o direito da criança à educação está descrito como necessário para prepará-la a ser uma boa cidadã. Para Silva e Silva (2021), o ECA também deixa claro que cabe ao Estado assegurar às crianças o acesso à educação infantil, disponibilizando creches, pré-escolas, além do ensino fundamental e ensino médio, segundo o que dispõe os art. 53 e 54 do Estatuto.

Ainda pode-se observar no ECA menção sobre o respeito aos costumes e valores culturais e históricos do ambiente de cada criança e adolescente (BRASIL, 1990). Ressaltando que conforme o Estatuto, compreende-se criança todo o indivíduo de zero a doze anos.

Dentre outros aspectos que o documento reforça, está o dever da sociedade e da família em garantir o atendimento dos direitos fundamentais das crianças, sejam eles o direito à vida, saúde, alimentação, segurança e proteção, lazer, e dentre outros importantes, a educação (OLIVEIRA NETO; CALDAS; MARQUES, 2021). O ECA estabeleceu a criação de órgãos específicos para o monitoramento do cumprimento dos direitos da criança em âmbito escolar, como os Conselhos Tutelares.

O Conselho Tutelar pode agir em casos de não aproveitamento e baixo rendimento escolar; em casos de criança ou adolescente evadir-se da escola; nos casos de suspeita ou evidência de abuso ou exploração e maus tratos de crianças e adolescentes. Se os professores comunicarem, o Conselho Tutelar poderá agir como um auxiliar da instituição escolar para ambos trabalharem em favor de maximizar, qualificar e ampliar o direito da criança e do adolescente à educação. (OLIVEIRA NETO; CALDAS; MARQUES, 2021, p. 3).

Cabe, portanto, à escola, o dever de proteção, utilizando-se das normas referenciadas no ECA para promover a proteção efetiva sempre que uma criança esteja sendo desrespeitada em seus direitos, como a educação. Em recente alteração, o ECA previu que a Educação Infantil envolve o período de zero a cinco anos e em caso de o Estado não assegurar acesso da criança a creches ou pré-escolas, é possível que ações de responsabilização sejam ajuizadas pelas famílias (OLIVEIRA NETO; CALDAS; MARQUES, 2021).

4.1.3 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, lei nº 9.394 de dezembro de 1996, Educação Infantil passou a ser integrada à Educação Básica, tendo relevância finalmente igualada ao Ensino Fundamental e Ensino Médio (BRASIL, 2017). De acordo com a LDB de 1996, declara-se que:

Art, 29 - a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

A Educação Infantil é oferecida em duas modalidades de creche e pré-escola, sendo a faixa etária correspondente para as creches até os três anos de idade e para a pré-escola, de quatro a cinco anos de idade (BRASIL, 1990, art. 30). O foco é a promoção do desenvolvimento da criança, que pode ser observado além da forma como as aulas devem ser conduzidas, à forma de avaliação que se baseia no registro do desenvolvimento da criança.

Com relação à carga horária, a LDB estipula 800 horas distribuídas em um período mínimo de 200 dias letivos. Isso representa um atendimento de quatro horas diárias, podendo se estender para 7 horas diárias (BRASIL, 2013). Estabelece a necessidade de um controle de frequência, principalmente para a pré-escola, exigindo o percentual de 60% de frequência da criança nas aulas, para a sua aprovação.

Oliveira Neto, Caldas e Marques (2021) expõem que para que um professor atue na educação infantil, exige-se formação em nível superior em curso de licenciatura, com disciplinas e estudos que se destinem à formação para a educação infantil. Com a LDB, as creches passaram a fazer parte do sistema de ensino.

Observa-se que aos poucos vai ocorrendo uma evolução na educação infantil. Anteriormente havia um caráter assistencial e restritivo, mas que passou a ocupar as discussões mundiais, a fim de criar parâmetros de qualificação e desenvolvimento infantis condizentes com as novas realidades e com o atendimento aos direitos inerentes dessa parcela da população. No entanto, o fornecimento de uma educação com qualidade ainda necessitava de adequações.

4.1.4 Plano Nacional de Educação (PNE)

O Plano Nacional de Educação surgiu como uma exigência para que o Sistema Nacional de Educação atendesse aos seus objetivos, e não se torne somente mais uma estrutura nacional. É uma forma de planejamento no qual o Governo, com a participação de diferentes setores da sociedade, estabelece metas para a educação.

Criado pela Lei nº 13.005, em 25 de junho de 2014, estabelece as metas para o acesso à educação até o ano de 2024 (MEC, 2022). A primeira meta era “Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos” (MEC, 2022, s/p).

O PNE estabelece também formar pelo menos 50% dos professores da educação básica até 2024, além de garantir a eles formação continuada (MEC, 2022). Sendo assim, pode-se resumir que o PNE é a fixação de metas alcançáveis para a educação, a fim de que o sistema educacional nacional, se mantenha no caminho para atingir os objetivos e direitos expressos pelos demais documentos legais.

4.1.5 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

O brincar tornou-se uma atividade importante na Educação Infantil, oportunizando para a criança novas experiências, contatos e descobertas. Nesse ambiente, a criança utiliza diferentes formas de linguagens, como corporal, musical, oral e escrita (SILVA, 2019). Assim, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2010), que estabelecem noções sobre as interações entre as crianças e as brincadeiras que auxiliam os educadores a desenvolver seus planos de aula.

A DCNEI é um conjunto de normas fixadas pela Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que devem ser observadas para a criação e organização das propostas pedagógicas e estão relacionadas com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica definidas entre outros órgãos, pelo Conselho Nacional de Educação (MEC, 2010). Sua finalidade está em orientar além das políticas públicas

voltadas à Educação Infantil, avaliar o planejamento e a execução das propostas pedagógicas de cada instituição. Em seu artigo 3, o DCNEI estabelece,

Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, 2009, art. 3).

No texto da DCNEI, a Educação Infantil é a etapa da educação básica que atende às crianças de zero a cinco anos de idade e é ofertada nas creches e pré-escolas. Cabe ao Estado a oferta da Educação Infantil, de forma gratuita, não seletiva e com qualidade (BRASIL, 2009). A matrícula na Educação Infantil é obrigatória e devem ser garantidas vagas em instituições próximas às residências dos familiares da criança.

No art. 9º, salienta-se a importância de práticas pedagógicas que considerem as brincadeiras como fonte de experiências, promovendo o conhecimento individual e coletivo de cada criança. Da mesma forma, utilizando diferentes linguagens, promover o desenvolvimento de várias formas de expressão corporal, oral, gestual e musical, por exemplo. Aqui, encontramos uma das primeiras menções sobre a importância da música na educação Infantil.

4.1.6 Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil -RCNEI

Com o advento da LDB, muitos documentos depois buscaram a qualidade na educação, e um deles foi o Referencial Curricular Nacional para a educação Infantil (RCNEI). Publicado em três volumes, serve como um orientador para a elaboração de material pedagógico para docentes de trabalho com a educação Infantil (OLIVEIRA NETO; CALDAS; MARQUES, 2021).

A sua estrutura apoia-se em duas formas,

Organização por idades — crianças de zero a três anos e crianças de quatro a seis anos — e se concretiza em dois âmbitos de experiências — Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo — que são constituídos pelos seguintes eixos de trabalho: Identidade e autonomia, Movimento, Artes visuais, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade e Matemática (BRASIL, 1998, p. 43).

Por isso, o RECNEI foi um dos primeiros documentos necessários para a leitura e acompanhamento dos profissionais de Educação Infantil, visando à qualidade no atendimento das crianças. De acordo com o exposto pelo RCNEI (BRASIL, 1998):

A qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania, baseia-se nos seguintes princípios: O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, como: social, cultural, religiosa, etc; O direito de brincar da criança, como forma particular de expressão, pensamento, comunicação e interação infantil; O acesso das crianças aos bens sócio culturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação, ao pensamento, à ética e à ciência. A socialização da criança, participada das diversas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma; O atendimento aos cuidados essenciais, garantindo sua sobrevivência e o desenvolvimento de sua identidade (BRASIL, 1998, p. 23).

Conforme Oliveira (2018), o ingresso das crianças na Educação Infantil desperta o desafio do relacionamento com outras crianças e também com adultos, diferentemente do que ocorre no ambiente familiar. Por isso, o espaço, as rotinas, as atividades, tudo deve ser pensado e planejado para um bom acolhimento e desenvolvimento dessas crianças. Nesse convívio, situações de carinho, afeto, proteção, bem como, brigas e disputas são comuns e precisam de atenção e preparação por parte dos educadores.

Nas interações proporcionadas na Educação Infantil, as crianças aprendem a expressar as suas sensações, percepções, pensamentos; criam laços afetivos com outras crianças; e confrontam suas formas de pensar e agir colocando-se no lugar do outro (OLIVEIRA, 2018). Essa é a primeira etapa do processo de Educação Infantil. Por isso, de certa forma por se complementarem, os dois documentos, DCNEI e o RECNEI, foram aperfeiçoados pela Base Nacional Comum Curricular.

4.1.7 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Criada em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) busca desenvolver a aceitação das desigualdades por meio de conhecimentos e experiências construídas juntamente com as crianças. A BNCC está organizada em cinco campos de experiência para a Educação Infantil, segundo Oliveira (2018):

- a) Eu, o Outro e o Nós: enfatiza que a criança vai construindo seu modo de pensar, agir, se comportar por meio da interação que ela tem com as outras pessoas, sejam crianças ou adultos;
- b) Corpo, Gestos e Movimentos: o corpo é um meio que as crianças utilizam desde cedo para se expressar, estabelecendo relacionamentos, brincando, conhecendo a si e ao outro, utilizando a corporeidade para criar conhecimentos;
- c) Escrita, Fala, Traços, Sons, Cores e Imagens: o contato da criança com as diferentes formas artísticas e manifestações, promovem o seu desenvolvimento principalmente no cotidiano escolar. A vivência de diferentes culturas e expressões faz com que a criança crie suas próprias formas de manifestar-se;
- d) Pensamento e Imaginação: desenvolver a fala e a escuta infantil auxiliam a manifestação dos sentimentos pessoais e partilha de pensamentos, afetos, desejos, necessidades e ajuda a compor a sua imaginação;
- e) Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações: busca situar as crianças nos diferentes espaços por ela vivenciados, sejam na família, na escola, na comunidade, no dia e na noite, além de sanar as curiosidades sobre o espaço sociocultural e físico que elas vivem.

Nesse sentido, os educadores podem trabalhar os diferentes campos de experiência, isoladamente ou em conjunto com outras disciplinas, facilitando assim, o aprendizado da criança. No que se refere ao tema Escrita, Fala, Traços, Sons, Cores e Imagens, nos campos de experiências, destaca-se a música como algo presente significativamente no cotidiano e na vida social das crianças. Seja oriunda dos pais ou dos professores no ambiente escolar, a música é utilizada para o desenvolvimento intelectual da criança, como uma fonte de estímulos (BRANDÃO, 2020).

4.2 MARCOS LEGAIS E NORMATIVOS PARA O ENSINO DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Considerando a literatura sobre o ensino de música ao longo dos anos, nota-se que ela sempre esteve inserida no ambiente escolar, mas na maioria das vezes, fora da sala de aula (GREZELI; WOLFFENBÜTTEL, 2021). Da mesma forma, nem sempre se observava a menção a professores qualificados para o ensino de música. Desde a Constituição de 1824, as artes são mencionadas como um conteúdo a ser ensinado nas escolas, mas sem citação de quais artes deveriam ser ensinadas.

Somente no ano de 1851,

A partir do Decreto n.º 630, de 17 de setembro, tem-se, pela primeira vez na história das leis brasileiras, a citação do ensino de música em

uma proposta educacional. Além disso, este decreto dividia as escolas públicas de instrução primária em duas classes, a primeira e a segunda classe, sendo o ensino de música ofertado para os estudantes da primeira classe (GREZELI; WOLFFENBÜTTEL, 2021, p. 35351).

Comenta-se que, naquela época, a primeira classe era ministrada posterior à segunda classe, dessa forma, compreende-se que o ensino da música não acontecia com crianças pequenas, imaginando-se assim, que se dedicava a um ensino mais qualificado. Dessa forma, apesar da música ser um conteúdo de cunho obrigatório, não era algo que todos poderiam acessar, pois a educação era facultativa e seletiva, ou seja, somente para poucos (GREZELI; WOLFFENBÜTTEL, 2021).

Com o Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, houve uma reforma na educação e o ensino da música passou a ser obrigatório para todas as faixas etárias, recebendo o nome de elementos da Música (BRASIL, 1890). Os cursos de formação de professores também sofreram adequações para proporcionar uma formação adequada na música. Além dessas mudanças, o documento também expõe conteúdo musical específico para cada etapa do ensino sendo aplicado até a década de 1930.

Com o advento da LDB, em 1996, o ensino de Artes passou a ser obrigatório nas escolas de Educação Básica e a oferta das aulas de música tornou-se uma possibilidade. Porém, a falta de professores qualificados para o ensino da música nas escolas, acabou diminuindo a oferta das aulas, retirando a musicalização como disciplina no currículo escolar (GREZELI; WOLFFENBÜTTEL, 2021).

Ainda na década de 90, a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) trazia a música como um conteúdo de Artes amplamente abordado mas com o foco somente para o Ensino Fundamental. No entanto, ainda a escassez de professores era o limitante para a sua efetiva inserção no contexto escolar.

Somente com a Lei nº 11.769, em 2008, a música voltou a tomar espaço sendo obrigatório o seu ensino, mas não a considerava um componente curricular e não exigia a formação de professores nessa área. Contudo, a lei impôs, em um período de 3 anos, que as escolas se adequassem para o ensino da música (BRASIL, 2008). Assim, a referida lei foi o marco para a obrigatoriedade do ensino de música na Educação Básica e por ser parte desta, envolve também a obrigatoriedade da música como conteúdo da Educação Infantil.

Contudo, foi em 2016, com a Resolução nº 2, sobre as Diretrizes Nacionais para operacionalização do ensino de Música na Educação Básica, que guiou a formação dos docentes para o ensino de música nas escolas e impôs a elas a inclusão em seus Projetos Político Pedagógicos o ensino da música sem consequência às outras artes (BRASIL, 2016). Ainda no mesmo ano, a Lei nº 13.278 estabeleceu que a Arte era uma componente curricular obrigatória na qual estava o conteúdo de música inserido sendo complementada pela BNCC, em 2017 (BRASIL, 2017).

4.3 OBJETIVOS DO ENSINO DA MÚSICA

Sejam estímulos afetivos, cognitivos, motores, sociais ou linguísticos, é por meio da música também que a criança pode expressar ideias e sentimentos, utilizando todo o seu corpo. De acordo com Farah (2010), em qualquer ação realizada com o corpo, pode-se estabelecer uma visão de três dimensões explícitas: a biológica, a psicológica e a social. Da mesma forma, podem-se identificar dimensões implícitas como históricas, antropológicas e econômicas.

Nesse sentido, conforme esclarece Orlandi:

Não há corpo que não esteja investido de sentidos e que não seja o corpo de um sujeito que se constitui por processos de subjetivação nos quais as instituições e suas práticas são fundamentais, assim como o modo pelo qual, ideologicamente, somos interpelados em sujeitos (ORLANDI, 2001, p. 10).

Assim, torna-se relevante trabalhar as questões do corpo e movimento com os alunos, buscando a compreensão das diferenças como fator de interação entre todos. Apontando para as considerações de Fernandes (2008), o movimento para o corpo tem expressiva importância biológica, psicológica e social, pois é por meio do movimento que a criança aprende sobre seu corpo, interagindo com o mundo, respeitando os limites — seus e do outro. Nesse sentido, o movimento vai além de um simples deslocar do corpo, mas envolve manifestação de desejos, pensamentos, estados íntimos e necessidades. Pelas ações motoras, as crianças também interagem com a cultura, como por exemplo, participando de atividades lúdicas e danças.

São as experiências vivenciadas pelas crianças que promovem o seu desenvolvimento. Não somente o desenvolvimento de capacidades motoras, mas

adaptativas e sociais, que também são possíveis, graças ao desenvolvimento cognitivo. Assim, as experiências vivenciadas irão afetá-la nas esferas psicológica, social e comportamental (FERNANDES, 2008). Nesse sentido, a musicalidade, enquanto aspecto libertador para as crianças, também é responsável pela sua formação motora e cognitiva.

Nesse contexto, a utilização da musicalidade na Educação Infantil torna a permanência da criança na escola algo mais agradável, visto que as questões relacionadas ao corpo imóvel durante longos períodos na sala de aula, vem sendo temática de muitas produções literárias (MOREIRA, 2019). Freire (2013) faz uma analogia aos métodos de ensino nos quais os alunos permanecem confinados em salas de aula, aprendendo somente conteúdos cognitivos, como porcos e vacas em confinamento, os quais produzem, engordam e não fazem sujeira.

Na formação de valores, que é missão da escola, a prática da musicalidade pode colaborar, ao demonstrar que existem obrigações que devem ser cumpridas, como mobilizar esforços em grupo para atingir os objetivos, administrar o tempo, cumprir regras, respeitar adversários, resistência, entre outros valores (MOREIRA, 2019). Cabe, portanto, elaborar planos de aula que viabilizem a prática do tema da musicalidade, a fim de que as práticas corporais possibilitem diferentes manifestações culturais e sociais.

4.4 A MÚSICA COMO MANIFESTAÇÃO CULTURAL E SOCIAL DA CRIANÇA

A brincadeira é algo constante e presente no dia a dia da criança. Por meio dela é possível perceber o desenvolvimento de sentimentos, funções psicológicas, imaginação, desprendimento. Quando aliada à música, as brincadeiras tornam-se mais divertidas, e de acordo com Schroeder e Schroeder (2011), crianças que não conseguem demonstrar ritmo durante uma aula de música, por exemplo, durante uma brincadeira com cantigas, conseguem manifestar mais facilmente suas expressões corporais e sentimentos por ser algo lúdico.

Para a criança pequena, a música “é inicialmente parte da vida como um todo, não se diferencia de outras atividades por ela vivenciadas” (SCHROEDER; SCHROEDER, 2011, p. 109). Para os autores, a partir dos 3 anos de idade, a criança

entra em uma fase na qual a música é parte integrante de um mundo imaginário cujas atividades que possuem a musicalização são carregadas de fantasias.

A música e o fazer musical surgem de diferentes formas em cada etapa do ciclo da vida. Seja com repertórios distintos que vão desde a voz melodiosa da mãe para o bebê, passando pelas músicas e cantigas infantis que muitas vezes as próprias crianças pequenas criam para interagir em suas brincadeiras, até as preferências musicais que chegam com o avanço da idade (ILARI, 2007).

Em seu estudo, a autora concluiu que a música desenvolve algumas funções psicológicas específicas: desenvolvimento de competências para a música; melhorias nas relações de afeto e no humor dos participantes; fortalece vínculos entre as pessoas envolvidas; e apropriação cultural pelas crianças e jovens que aprendiam o repertório e a cultura (ILARI, 2007). As sensações que a música desperta na criança, são as suas primeiras relações com a cultura criadas dentro do ambiente familiar. Por isso, a criança já carrega consigo quando chega à escola, uma carga cultural originária dos sons e ritmos presentes no seu contexto.

Para Scherer (2010), ao apropriar os conhecimentos culturais que a criança carrega consigo juntamente com o canto, ela estimula o aprendizado de palavras, ritmos e conhecimentos. Grande parte das canções folclóricas, por exemplo, trazem consigo um significado histórico, simbólico de tradições e costumes de um povo, que pode ser passado de geração em geração pela musicalização em sala de aula.

Compreende-se que implementar métodos de educação que apropriem a cultura intelectual e também material, promovem o desenvolvimento da consciência (SCHERER, 2010). Justificando esse pensamento, Scherer reforça ainda que,

Nessa perspectiva de educação, é importante não perder de vista que, o que determina o desenvolvimento da inteligência, do raciocínio, da consciência é a própria vida, ou seja, a atividade que o ser humano desenvolve, seja externa, por meio da interação, ou interna. Dessa forma, quanto mais diversificada for a atividade, mais se abrem possibilidades de desenvolvimento para as referidas funções (SCHERER, 2010, p. 250).

Cabe, no entanto, compartilhar aqui o pensamento de Schroeder e Schroeder (2011), quando distinguem a música enquanto um objeto empregado para o conhecimento, da música como um instrumento de linguagem. Para este último, implica-se uma mudança nas formas de ensino até então realizadas, centradas em regras, pois a música é algo vivo, na qual pode-se utilizar concepções pessoais.

Com isso, o processo de apropriação cultural que a música proporcionará à criança, não é algo contínuo e regular, pois cada uma possui um ritmo de desenvolvimento e apropriação subjetivo. Há crianças que possuem um ritmo e uma expressão corporal mais aguçada, enquanto não demonstram a mesma agilidade na afinação e na memória, com saltos bruscos de desenvolvimento e períodos de menor aprendizado (SCHROEDER; SCHROEDER, 2011).

Nesse contexto, a inserção da música enquanto um instrumento de linguagem para a criança, não deve ocorrer de forma única e definitiva, pois o processo de aprendizagem durante a vida é contínuo e ainda, o próprio ambiente no qual acontece a inserção também influencia na sua aplicabilidade e efetivação.

Schroeder e Schroeder (2011, p. 116) mencionam que cabe ao professor se posicionar como um interlocutor, “prestando atenção não apenas ao conhecimento musical a ser ensinado, mas sobretudo olhando para a criança, tentando fazer um esforço de interpretar suas ações de uma maneira mais global”. Qualquer desatenção por parte do professor na construção desse conhecimento por meio da musicalização, pode desmotivar a criança para a realização das aulas e talvez, um desinteresse também pela música. Por isso, acredita-se que a música deve ser algo interdisciplinar, aplicada em brincadeiras, aulas de arte, danças, teatro, tornando a aula divertida, lúdica e motivadora para a criança.

5 O FAZER PEDAGÓGICO NO ENSINO DE MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir da LDB, as crianças de zero a seis anos passaram a ser inseridas na Educação Básica, tendo os seus cuidados assistidos por instituições como creches e pré-escolas, estendendo o dever da família de educá-los, para contar com o auxílio destas instituições conforme precedia a norma constitucional. Mais de dez anos depois, com a divulgação pelo MEC do Referencial Curricular para a Educação Infantil, vislumbrou-se entre seus princípios norteadores o acesso das crianças aos conhecimentos socioculturais e a possibilidade de ampliar suas capacidades relacionadas com a expressão, comunicação, pensamento entre outros (BRASIL, 1998). Dentre os princípios, está o eixo de trabalho da música.

Vários estudos têm surgido principalmente relacionados aos campos da Pedagogia e da Psicologia, enfatizando a importância da fase de zero a seis anos para o desenvolvimento da criança (GELLI; OLIVEIRA; MOTA, 2011). Sem dúvidas, compreende-se que é nesse período da vida que as crianças precisam ser estimuladas para que desenvolvam todas as suas potencialidades, como um sujeito de direitos, desde que essas atividades estejam relacionadas com o brincar.

Isso porque se acredita, que pelo lúdico, as crianças vivenciam diferentes experiências e desenvolvem o conhecimento brincando. No entanto, conforme pode-se observar no estudo de Gelli, Oliveira e Mota (2021), as atividades de professores da pré-escola normalmente se restringem a antecipar os conteúdos programados para as séries iniciais do ensino fundamental, focados na alfabetização, os quais já vem prontos e não corroboram com o desenvolvimento de suas potencialidades.

Pode-se compreender ao considerar a bibliografia consultada, que é na primeira infância que a criança vai conhecendo a sua cultura por meio das cantigas que ela escuta, tanto no contexto familiar, como escolar. Nesse cenário, a escola precisa oportunizar o acesso à músicas de qualidade, que promovam o desenvolvimento infantil saudável. Conforme justifica Rodrigues (2016), as creches e pré-escolas já introduziram na sua prática pedagógica o momento do cantar, seja aliado à brincadeiras ou durante as aulas.

Cabe frisar que na educação Infantil, o fazer pedagógico deve ser caracterizado pela ludicidade, pelo movimento, dança, interação da criança com o colega e com

o contexto, para garantir o desenvolvimento social, psicológico, cognitivo e motor. Como bem define o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

Ouvir música, aprender uma canção, brincar de roda, realizar brinquedos rítmicos, jogos de mãos etc., são atividades que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical, além de atenderem a necessidades de expressão que passam pela esfera afetiva, estética e cognitiva. Aprender música significa integrar experiências que envolvem a vivência, a percepção e a reflexão, encaminhando-as para níveis cada vez mais elaborados (BRASIL, 1998, p. 48).

Por isso, é necessário que os professores compreendam que, ao tratar da musicalização na educação Infantil, não está se referindo à inclusão de aulas de música em creches e pré-escolas, mas de incluir a música nas aulas dessas crianças, como meio de aprendizado. Por isso, o RCNEI é um excelente documento para a elaboração de conteúdos e projetos para ensino com a Educação Infantil.

Há dois caminhos a seguir para o ensino na Educação Infantil: a formação pessoal e social e o conhecimento do mundo (BRASIL, 1998). No primeiro caminho de formação, são trabalhadas questões que promovam a formação do eu, sujeito, como seus afetos, interações com os outros e com o ambiente e o respeito a si mesmo, trabalhando a identidade e a autonomia.

Assim, pode-se sugerir várias formas de inserir a música, como instrumento para o desenvolvimento do campo da experiência do Eu, o Outro e o Nós. Um exemplo de como incorporar a música nesse caminho da formação pessoal e social, é trabalhar as partes do corpo ludicamente. Essa atividade busca apresentar à criança as partes do seu corpo, beneficiando que ela possa se conhecer como um ser perfeito, além de trabalhar a autoestima, as diferenças e desfazer preconceitos.

Trabalhada a musicalidade, poderá ser apresentada a música “Minha Boneca de Lata”, que ressalta as partes do corpo.

Quadro 2 – Música “Minha Boneca de Lata”

Minha boneca de lata, Bateu a cabeça no chão
 Levou mais de uma hora Pra fazer a arrumação
 Desamassa aqui, Pra ficar boa
 Minha boneca de lata, Bateu a nariz no chão
 Levou umas duas horas, Pra fazer a arrumação
 Desamassa aqui, Desamassa alí, Pra ficar boa
 Minha boneca de lata, Bateu a barriga no chão
 Levou umas três horas, Pra fazer a arrumação
 Desamassa aqui, Desamassa alí, Pra ficar boa
 Minha boneca de lata, Bateu o bumbum no chão
 Levou umas quatro horas, Pra fazer a arrumação
 Desamassa aqui, Desamassa alí, Pra ficar boa
 Minha boneca de lata, Bateu a joelho no chão
 Levou umas cinco horas, Pra fazer a arrumação
 Desamassa aqui, Desamassa alí, Pra ficar boa
 Minha boneca de lata, Bateu o pé no chão
 Levou umas seis horas, Pra fazer a arrumação
 Desamassa aqui, Desamassa alí, Pra ficar boa”

Fonte: Letras.com.br (2022)¹

Conforme já comentado, essa atividade visa fortalecer a identificação pela criança do seu corpo, das partes que o compõe e da diferença entre cada uma. A proposta ampliada do uso da mesma canção, é o fato dela poder ser utilizada para crianças de 1 ano e crianças de 4 anos, com o mesmo propósito, mas com focos, abordagens e resultados diferentes para cada faixa etária.

Trabalhar com músicas que seja possível inserir a percussão corporal podem também ser grandes aliadas para além de conhecer o corpo, as partes que emitem sons, desenvolver aspectos motores e rítmicos da criança. A música Cavalinho, da Fabiana Godoy², é excelente para se trabalhar com bebês e crianças até quatro anos de idade, estimulando também o canto, como um exercício de liberdade que precisa ser cultivado.

Pelo canto, além de aprender o ritmo, desenvolver a fala, a expressão, desenvolve-se a desinibição. Também, ao imitar com as mãos batendo no corpo, a criança aprende o som e ritmo do trote do cavalinho, desenvolvendo a expressão corporal.

¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xG9JWOVrv0Q>>.

² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=edxDSv4P6QI>>

Quadro 3 – Música “o Cavalinho”

Com meu cavalinho
Eu vou passear.
Com meu cavalinho
Eu vou passear.
Troto, troto bem ligeiro
Ando devagar.
Troto, troto bem ligeiro
Ando devagar.
E vou empinar.
(Sugestão de vídeo: “cavalinho” – ninho musical. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hu7KR6phx5o>>).

Fonte: Godoy (2022).

Essas são algumas sugestões que podem ser trabalhados com as crianças na educação Infantil. Também podem ser criados com as crianças maiores instrumentos de percussão para simular o trote do cavalinho, além das mãos. Observa-se nesse sentido, que a música ela não um conteúdo a ser ensinado isolado das demais atividades educacionais. Para ser aproveitada, ela deve estar inserida nos contextos durante a aula, para que a ludicidade que ela proporciona, possa acarretar em resultados significativos de aprendizagem.

Outro caminho que deve ser desenvolvido e é discutido pelo RCNEI, é o conhecimento de mundo (BRASIL, 1998). Nesse caminho, a criança constrói diferentes linguagens e estabelece uma relação com o que ela está aprendendo. Para isso, são destacados pelo documento alguns eixos que podem ser trabalhados: movimento, artes visuais, música, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e matemática.

Cabe frisar que todos esses conteúdos não representam um fim em si mesmos, eles são interligados e podem (ou devem) ser trabalhados em conjunto. Uma música infantil por exemplo, como “A Casa” composta por Vinícius de Moraes e Sérgio Bardotti, pode proporcionar para a criança o reconhecimento das partes de uma casa, dos números, localização e espaço, expressão corporal ao simular as paredes, teto, chão, entre inúmeras outras atividades elencadas a ela.

Quadro 4 – Música “A Casa”.

Era uma casa muito engraçada
 Não tinha teto, não tinha nada
 Ninguém podia entra nela não
 Porque na casa não tinha chão
 Ninguém podia dormir na rede
 Porque na casa não tinha parede
 Ninguém podia fazer pipi
 Porque pinico não tinha ali
 Mas era feita com muito esmero
 Na Rua dos Bobos, número zero
 Mas era feita com muito esmero
 Na Rua dos Bobos, número zero

Fonte: Moraes e Bardotti (2022).

Essas cantigas que acabam por fazer parte do dia-a-dia da criança, trazem consigo uma mensagem cheia de significados para a criança, pois normalmente são cantigas que os próprios pais, cantam em casa. É possível desenvolver a imaginação, o movimento, o equilíbrio, amplia a expressão e o conhecimentos de palavras, além de vários outros aspectos. Já se descreveu no decorrer deste trabalho, que a música exerce atração nas crianças e por isso, mais uma vez, reforça-se a importância em inseri-la nas práticas pedagógicas da Educação Infantil.

Aponta-se, contudo, conforme também esclarece Rodrigues (2016), que os professores precisam cuidar as canções que são trabalhadas com as crianças, a fim de que as atividades sejam desenvolvidas de maneira clara e objetiva. Principalmente, aquelas que objetivam que a criança cante junto, pois o canto é um importante instrumento musical da própria criança, que também desenvolve a sua audição, a linguagem, pois quando as crianças cantam e gesticulam ao som da música, elas imitam aquilo que estão ouvindo, como o exemplo sugerido da canção “Cavalinho”, na qual é imitado o trote com as mãos.

No trabalho com crianças durante o primeiro ano de vida,

O professor estará contribuindo para o desenvolvimento da percepção e atenção dos bebês quando canta para eles; produz sons vocais diversos por meio da imitação de vozes de animais, ruídos etc., ou sons corporais, como palmas, batidas nas pernas, pés etc.; embala-os e dança com eles. As canções de ninar tradicionais, os brinquedos cantados e rítmicos, as rodas e cirandas, os jogos com movimentos, as brincadeiras com palmas e gestos sonoros corporais, assim como outras produções do acervo cultural infantil, podem estar presentes e

devem se constituir em conteúdo de trabalho. Isso pode favorecer a interação e resposta dos bebês, seja por meio da imitação e criação vocal, do gesto corporal, ou da exploração sensório-motora de materiais sonoros, como objetos do cotidiano, brinquedos sonoros, instrumentos musicais de percussão como chocalhos, guizos, blocos, sinos, tambores etc. (BRASIL, 1998, p. 58)

Portanto, entende-se que diversas atividades podem ser criadas a partir do uso da música, como brincadeiras de roda, rimas, imitação de sons de bichos, criação de instrumentos sonoros, etc. Como não há uma exigência na Educação Infantil que o professor tenha uma formação específica em música, cabe aos cursos de Pedagogia, por exemplo, estimular que seus egressos trabalhem a musicalização. Assim, o próprio professor pode criar o seu conteúdo de trabalho, sempre de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola, tendo a música como uma ferramenta pedagógica eficaz.

Diante disso, pode-se inferir que a música pode ser atrelada aos diferentes eixos ou áreas do conhecimento. A criança pode se expressar oralmente, por meio do canto; desenvolver os movimentos por meio da dança, explorando gestos e expressões; explorar o ambiente em que está e se situar no espaço; manipular e criar objetos sonoros, desenvolvendo habilidades e ritmos; a memorização dos números e alfabeto; ensinar boas maneiras e hábitos de higiene; dentre muitas outras aplicações para a música.

Por fim, compreende-se que o corpo torna-se uma tela onde pode-se expressar sentimentos e emoções, comportamentos, culturas e protestos. Por ser única de cada ser e parte integrante de um “eu” cognitivo, deve ser respeitado e compreendido diante das suas peculiaridades e limites. Por isso, a elaboração de um plano de aula que se vislumbra esses objetivos torna-se importante, desde os primeiros anos de vida escolar. Como a música é um eixo interdisciplinar, integra todas as demais áreas do conhecimento e se torna um conteúdo indispensável para a Educação Infantil.

6 CONCLUSÃO

Reforçando a importância do estudo em contextualizar sobre a musicalização no ambiente escolar da Educação Infantil, relembra-se que a problemática buscou abordar sobre a contribuição do ensino de musicalização na Educação Infantil. Para tanto, o objetivo que norteou este estudo, tinha como premissa investigar as contribuições da Musicalização para a Educação Infantil além de, investigar os benefícios de ensinar Musicalização nas escolas, investigar de que forma a Musicalização pode contribuir para a socialização e expressão corporal em crianças na Educação Infantil e contribuir para a pesquisa sobre Musicalização na Educação Infantil. Nesse sentido, ao finalizar o estudo, pode-se presumir que os objetivos foram atingidos.

Na intenção de possibilitar a identificação dos benefícios de ensinar música na Educação Infantil, procedeu-se com a pesquisa bibliográfica, na qual foi possível efetuar alguns apontamentos. Primeiramente, os diversos métodos de alfabetização ajudam e muito na formação do aluno, por isso atividades diferenciadas como apresentações de peças teatrais e de músicas, canto, jogos, entre outros, contribuem para que as crianças sejam no futuro cidadãos críticos e conscientes.

Com o objetivo de repensar sobre os métodos tradicionais de alfabetização, e discutir as novas abordagens teóricas para o ensino da música, constatou-se a importância da conscientização por parte dos educadores quanto da necessidade de se repensar a prática pedagógica direcionada às crianças da Educação Infantil. Assim, partindo da concepção de que a alfabetização musical se dá ao longo do tempo, pode-se perceber que esse processo não se inicia propriamente na escola, mas é decorrente dos conhecimentos prévios que a criança traz consigo e que mediante o trabalho do professor no ambiente escolar, pode ser transformados em aprendizagens sistemáticas.

Percebe-se através dos dados levantados pelos estudos, que as professoras buscam suportes mais adequados para desenvolver a prática da musicalização em sala de aula. Com os métodos utilizados por elas, o aluno tem estímulo para interpretar, criar, desenvolver-se corporal e expressivamente, sobre aquilo que canta, escuta e toca.

Quando se trabalha com um modo de ensinar que visa a transformação, deve-se levar em consideração não só o aspecto cognitivo de uma criança. É importante

refletir também sobre os aspectos afetivos individuais, uma vez que o aluno é um ser complexo, de múltiplas dimensões. Com base nisso, foi constatado durante a leitura dos estudos sobre musicalização na Educação Infantil, que em um mundo em constante evolução, constituído por um panorama histórico e político de ideias diversificadas, faz-se necessário a valorização do homem como sujeito-reflexivo, capaz de atuar dialeticamente neste contexto social. Por isso, é necessário que seja realizado um trabalho desde a Educação Infantil, que valorize a formação de um sujeito autônomo construtor da própria história e acredita-se que por meio da musicalização, as crianças podem desenvolver um senso crítico e questionador.

A responsabilidade da escola é garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania. Assim, a criança se tornará capaz de interpretar diferentes textos que circulam socialmente, de assumir a palavra e, expressar-se como cidadã, conversar e dialogar, interagir e conhecer-se.

Diante disso, compreende-se que as transformações educacionais, que raramente acontecem, decorrem primeiramente nas mudanças da finalidade da educação, isto é, acontecem, quando a escola precisa responder às novas exigências da sociedade, prepresentada neste estudo pelas crianças da Educação Infantil. Em segundo lugar, elas ocorrem pela transformação do perfil social e cultural dos alunos.

Sendo a música uma ferramenta por meio da qual é possível o desenvolvimento integral do indivíduo inserido em sua realidade, capaz de questionar, refletir, investigar, descobrir, criticar, torna-se necessário que se realize mediante um processo de interação e expressão corporal. Com isso, em uma processo construtivo dá-se uma alfabetização para a transformação. Assim sendo, a música na Educação Infantil será um objeto de ensino e, para que ela possa constituir também um objeto de aprendizagem, é necessário que faça sentido para o aluno, isto é, a atividade de musicalização deve responder os objetivos de realização imediata.

Compreende-se, mediante a realização do estudo, que a aplicação de novas propostas de educação se concretiza através da interatividade entre professor e aluno como sujeitos de uma prática cooperativa instaurada na ação e na reflexão que ambos exercem sobre o objeto do conhecimento a ser desvelado. A questão metodológica não é a essência da educação, apenas uma ferramenta. Por isso, é preciso ter ideias claras a respeito do que significa assumir um ou outro comportamento metodológico no processo escolar. É fundamental saber tirar todas as vantagens dos métodos que se utiliza, bem como conhecer as limitações de cada um.

Às vezes é preciso voltar às origens, aos princípios básicos, às coisas mais simples e claras para rever alguns pontos a respeito de ensino, aprendizagens e métodos. Existe uma confusão entre ensino e aprendizagem, visando somente o ensino, supondo que a aprendizagem ocorre automaticamente como fruto inevitável do ensino, o que é um pensamento errado, pois entende-se que um bom trabalho de desenvolvimento infantil, precisa levar em conta o processo de ensino e de aprendizagem de maneira equilibrada e adequada, o que pode-se obter por meio da música.

Nesse sentido, o trabalho com projetos musicalização vem apresentando resultados positivos, conforme enfatizados pelos autores abordados neste trabalho. Na prática escolar, os cuidados em aplicar a metodologia de ensino de acordo com a realidade dos educandos é percebida diariamente, como exemplo, inserir nas músicas cantadas com as crianças, elementos do cotidiano como hábitos de higiene, lanche, conhecimento das frutas, animais de estimação, sempre seguindo uma sequência lógica. Formar cidadão não é tarefa apenas da escola. No entanto, como local privilegiado de trabalho com o conhecimento, a escola tem grande responsabilidade nessa formação.

Cabe frisar que a Educação Infantil é uma etapa essencial no desenvolvimento das crianças, visto que corresponde ao período de descoberta em que elas vivenciam o desenvolvimento de áreas cognitivas, afetivas, oral, motora e social. Por isso, a música, é tida como uma ferramenta facilitadora.

À escola, cabe garantir a aprendizagem de certas habilidades e conteúdos que são necessários para a vida em sociedade. Deve contribuir no processo de inserção social, oferecendo instrumentos de compreensão da realidade local, e favorecendo a participação dos educandos em relações sociais diversificadas e cada vez mais amplas. A vida escolar possibilita as crianças exercer diferentes papéis facilitando a sua integração na sociedade e para que isso seja alcançado, as melhores ferramentas empregadas são as lúdicas.

Muitas podem ser as formas de inserir a música na Educação Infantil, além das sugeridas no presente trabalho, há ainda a utilização de um aparelho de música (videokê). A criança escolhe a música, procura acompanhar os gestos e movimentos corporais apresentados no vídeo, canta a letra e com isso melhora o seu vocabulário de forma interativa. Com essa atividade objetiva-se estimular a expressão corporal, os movimentos de forma prazerosa, promovendo também a socialização.

Pelas considerações apresentadas nesta etapa de conclusão, admite-se que muito se precisa “correr atrás” para recuperar o período perdido na educação que a pandemia do Covid-19 ocasionou. Deve-se sempre priorizar uma proposta pedagógica que enfatize aprimorar e desenvolver o conhecimento das crianças, a fim de que sejam atingidos os objetivos de criar cidadãos conscientes e providos de valores morais e éticos. Para que a cidadania seja exercida pelo indivíduo, é necessário o acesso do mesmo a todos os recursos culturais disponíveis e importantes para a sua participação de forma socialmente responsável. A proposta, portanto, busca a alfabetização através do musicalização, da expressão corporal e do movimento.

Cabe aqui relatar que o estudo se limitou a uma revisão teórica, usufruindo de pensamentos e conhecimentos de diversos autores sobre o tema. Sugere-se que estudos futuros possam aplicar na prática, projetos de musicalização com as crianças da Educação Infantil, e por meio deles, observar o comportamento e os avanços obtidos. Em suma, admite-se que o estudo foi de grande valia para a formação da pesquisadora, como atual professora da Educação Infantil e futura Pedagoga.

REFERÊNCIAS

BARROS, Miguel Daladier. **Educação infantil: o que diz a legislação** . Disponível em: <<http://www.lfg.com.br>>. 12 de novembro de 2008.

BRANDÃO, Natália. **Musicalização de crianças: a visão da família no desenvolvimento infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia, apresentado ao Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté (UNITAU). Taubaté, São Paulo, 2020. 63 fl.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN**. Lei nº 9.394. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 05 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. –Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **RCNEI – REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2022.

BRASIL. **Constituição Federal, de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 2009** – Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm

BRASIL. **Convenção Nacional dos Direitos das Crianças, de 1990** – Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, de 1990 – Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-norma-atualizada-pl.pdf](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-norma-1990-13-julho-1990-372211-norma-1990-13-julho-1990-372211-norma-atualizada-pl.pdf)>.

BRASIL. **Lei nº 12.796**, de 04 de abril de 2013, altera a LDBEN nº 9.394/1996 – Lei_nº12.796_04 de abril de 2013_ alteração da LDB_96. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4/2010**, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica – Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=866&id=14906&option=com_content&view=article>.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 5/2009**, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13449&Itemid=935>.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 20/2009**, revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) – Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13449&Itemid=935

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI)**, publicação do MEC (2010) – Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12579%3Aeducacao-infantil&Itemid=859>

BRASIL, 2003. **Lei nº 12.796**, de 2013

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. –Brasília : MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 981**, de 8 de Novembro de 1890. Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Disponível em:
<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

BRASIL. Ministério Da Educação Conselho Nacional De Educação Câmara De Educação Básica. **Resolução nº 5**, de 17 de dezembro de 2009 (*) Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em:
<http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf>.

DIEHL, Astor Antônio. TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FARAH, M. H. S. F. O corpo na escola: mapeamentos necessários. **Paidéia**. Ribeirão Preto, v. 20, n. 47, p.401-410, set/dez, 2010.

FREIRE, João Batista. Métodos de confinamento e engorda (como fazer render mais porcos, galinhas, crianças...). In: MOREIRA, Wagner Wey (Org.). **Educação Física e esportes: perspectivas para o século XXI**. p. 109-122. Campinas: Papirus, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ILARI, Beatriz. Música, identidade e relações humanas em um país mestiço: implicações para a educação musical na América Latina. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, V. 18, 35-44, out. 2007.

MOREIRA, W.W. Contribuições do jogo e do esporte para a corporeidade de crianças e adolescentes. **Revista @mbienteeducação**. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 192-202, jan/abr 2019.

OLIVEIRA, Luciana Simões de. **A importância da música na educação infantil.** 2022. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-importancia-musica-na-educacao-infantil.htm#:~:text=A%20musicaliza%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20importante%20%C3%A9,sonora%20e%20espacial%20e%20matem%C3%A1tica.>>. Acesso em: 28 abr. 2022.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Campos de experiência: efetivando direitos e aprendizagens na educação infantil.** Ministério da Educação. São Paulo: Fundação Santillana, 2018. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/acontece/os-campos-de-experiencia-da-educacao-infantil/>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura.** 6. ed. São Paulo, Cortez; Campinas, 2001.

PINHEIRO, Fernanda V.; et al. Contribuição da música na educação infantil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v.7.n.7, p. 1188 – 1204, jul. 2021.

SCHERER, Cleudet de Assis. A contribuição da música folclórica no desenvolvimento da criança. **Revista Educativa**, v.13, n. 2, Goiânia, p. 247-260, jul./dez. 2010.

SCHROEDER, Sílvia C. N.; SCHROEDER, Jorge Luiz. As crianças pequenas e seus processos de apropriação da música. **Revista da Abem**, Londrina, v.19, n.26, Londrina, p. 105-118, jul.dez 2011

SILVA, Adriana Araújo da. **Educação Infantil e as interfaces do brincar no ensino de crianças.** Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual da Paraíba. 49 p. Campina Grande, 2019.

SILVA, Celeida Maria Costa de Souza; SILVA, Ariadne Celinne de Souza e. **A Convenção Sobre os Direitos da Criança e o Direito à Educação no Brasil.** 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/41231/html>>.

SILVA, Valdemar Felix da; ANDRADE, Margaret Amaral de. **Música na escola pública: desafios e soluções.** Escola de Música e Belas Artes do Paraná, Programa de Desenvolvimento Educacional, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2315-8.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2022.

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA109_ID2663_21072021153600.pdf

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Convenção sobre os Direitos da Criança.** 2022. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>. Acesso em: 06 ago. 2022.

Brazilian Journal of Development ISSN: 2525-8761 35362 Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.4, p. 35349-35365 apr 2021.

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/37/arte-e-musica-na-base-nacional-comum-curricular>

<https://www.lettras.com.br/musicas-infantis/minha-boneca-de-lata>

Disponível em: <https://www.lettras.com.br/musicas-infantis/minha-boneca-de-lata>
(2022)